



Apresentação v. 5, n. 9, jan./jun. 2015

Renata Dumont Flecha¹

O volume, do primeiro semestre de 2015, da Revista *Percurso Acadêmico*, apresenta o dossiê “Ratio Juris: Razão do Direito” com seis artigos de docentes e cinco artigos de graduados em Direito. No Editorial, elaborado pelos Professores Doutores Luiz Augusto Lima de Ávila e Juliane Fernandes Queiroz, são desenvolvidos argumentos sobre o tema do dossiê e sua articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão no campo do Direito.

O primeiro artigo docente, **Reprodução humana assistida: a transferência nuclear e origem genética** é de autoria de Juliane Fernandes Queiroz e Roberta Grisi Caixeta de Araujo. O estudo em questão se inscreve na área do Direito Civil e trata da nova possibilidade de inseminação artificial apresentada ao mundo pelo Reino Unido, no ano 2015, e suas implicações no direito de personalidade, mais especificamente ao direito de reconhecimento ou não da origem genética do concebido, conforme a nova proposta.

Em seguida, Débora Barbosa Coutinho discute, no artigo **Condenação criminal e perda do mandato eletivo de parlamentares federais: decisão constitutiva ou declatória do poder legislativo**, a suspensão automática dos direitos políticos em virtude da condenação criminal. Tendo por base o julgamento das ações penais 470 (caso do “Mensalão”) e 565 (julgamento do senador Ivo Cassol), debate-se o modo pelo qual têm sido interpretadas pelo Supremo Tribunal Federal as normas preceituadas nos artigos 15, III combinado com 55, IV, VI, §2º e 3º da Constituição Federal da República, de 1988.

O terceiro artigo, de Luiz Augusto Lima de Ávila, intitula-se **O sistema lógico-filosófico de Jan Lukasiewicz: a lógica de múltiplos valores como base fundamental à inteligibilidade**

¹ Mestre em Psicologia Social (UFMG), Doutora em Educação (UFMG). Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Editora Gerente da *Percurso Acadêmico*. E-mail: rflecha@uai.com.br

do contraditório e à impossibilidade da negação do princípio da não contradição. Nele é discutido que a Linguística, a Filosofia da Linguagem, a Lógica e a Jurisprudência dialogam com o objetivo de elucidar o quadro metodológico para a descrição lógico-formal-semântica da jurisprudência ou ciência do Direito.

O quarto artigo **A observância dos pressupostos constitucionais do Direito ao contraditório e da ampla defesa na usucapião familiar**, elaborado por Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas e Samantha Caroline Moreira, nos apresenta reflexões sobre a introdução de uma nova modalidade de usucapião, o usucapião familiar, na ordem jurídica vigente, levando-se em consideração determinados valores, tais como a questão relativa a justiça social, bem como o questionamento acerca da culpa pelo fim do relacionamento conjugal.

O quinto, **Perda do direito de nacionalidade: situação de apatridia criada pela emenda constitucional de revisão nº 3/1994, e o exercício democrático do direito de voto pelos brasileiros residentes no exterior** é elaborado por Davi Niemann Ottoni e Bárbara Fiuza Mendes. Nele, os autores realizaram um estudo acerca do direito de nacionalidade brasileira, especialmente no que tange a sua perda, objetivando analisar a situação apatridia instituída pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3/1994, bem como o exercício democrático do direito de voto pelos brasileiros residentes no exterior.

O sexto e último artigo de docentes é de autoria de Juliane Fernandes Queiroz e intitula-se **O espectro incidente: do princípio da dignidade da pessoa humana.** O artigo discute os princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade, constitucionais, dentre outros, e suas articulações.

Dentre os trabalhos de graduados, o primeiro deles, **O trabalho doméstico no Brasil: trajetória, (i)legalidade e o difícil reconhecimento social**, é de autoria de Magno Moisés Cristo. Nele, o autor trata da questão do trabalho doméstico no Brasil, buscando suas origens históricas, abordando, também, o desdobramento de leis que regulamentam esse tipo de

trabalho. Seu objetivo é, também, demonstrar a reação da sociedade frente à Emenda Constitucional nº .72, conhecida como a “PEC das domésticas”.

Prisão civil do devedor de alimentos – natureza jurídica e eficácia no plano prático, escrito por Suellem Aparecida Alves, aborda o tema do regime de prisão civil do devedor alimentício, aliado ao estudo dos preceitos constitucionais que perpassam pela dignidade da pessoa humana, permitindo elencar as consequências jurídicas da não observação do aspecto moral e social implícito na medida privativa de liberdade.

A participação do AMICUS CURIAE, enquanto intervenção de terceiros típica, no controle concentrado de constitucionalidade é o terceiro artigo dessa série elaborado por graduados. Wagner Vinicius de Oliveira aborda a análise do *amicus curiae* e sua participação no controle concentrado de constitucionalidade. Tal análise oscila entre a explanação doutrinária e a demonstração jurisprudencial, bem como as inovações trazidas pela Lei nº 13.105/2015, do Código de Processo Civil.

Fabício Borges Costa é o autor do artigo seguinte denominado **Da multiparentalidade no século XXI**. Seu objetivo é discutir, por meio de fundamentos jurídicos, o reconhecimento da multiparentalidade com todos os efeitos da relação parental.

O último artigo **A natureza jurídica da educação inclusiva das crianças com necessidades especiais nas unidades municipais de educação infantil – UMEI’S – de Belo Horizonte**, é escrito por Débora Regina Cunha Escanoela. Nele, a autora apresenta como finalidade a demonstração da importância jurídica da educação inclusiva das crianças como necessidades especiais nas Unidades de Educação Básica de Belo Horizonte – UMEI’S

Ainda temos nesse número Comunicações que tratam de trabalhos de Extensão, realizados por professores e alunos do Curso de Direito da Unidade Barreiro.

Desejamos a todos uma ótima leitura!